

GUERRA GUARANÍTICA, ESQUECIDO EPISÓDIO DO SÉCULO 18

Amaro Dorneles

Na região hoje formada pelas divisas de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, entre 1609 e 1768, padres jesuítas e índios guaranis construíram uma sociedade singular, relativamente democrática e próspera, onde as ferramentas e os meios de produção eram propriedade coletiva. Eram os chamados Sete Povos das Missões. Mas em 1750 o Tratado de Madri determinou que Portugal entregasse à Espanha a Colônia do Sacramento, para receber em troca o território dos Sete Povos, à margem leste do rio Uruguai, então sob domínio espanhol. Obrigados a deixar para trás o fruto do trabalho e o legado de sucessivas gerações, além da cultura ancestral, os guaranis rebelaram-se.

Apoiadas pelos jesuítas, milícias guaranis barraram o avanço de contingentes de espanhóis e portugueses, encarregados de redesenhar as fronteiras entre seus domínios. Entre 1754 e 1756 a República Guarani

manteve uma luta desigual, até ser trucidada por um exército muito superior e dotado de forte artilharia. A liderança indígena que mais se destacou na chamada Guerra Guaranítica foi Sepé Tiaraju, que exercia o importante cargo de corregedor na localidade de São Miguel e organizou um contingente indígena capaz de enfrentar os invasores. Ao mesmo tempo, enquanto foi possível, afirmou-se como negociador. Em 1754, a primeira ofensiva conjunta de espanhóis e portugueses fracassou. Dois anos depois, porém, os exércitos coloniais voltaram à carga. Em meio a um combate, em 7 de fevereiro de 1756, Sepé foi capturado e executado pelas tropas coloniais. Três dias depois, na batalha de Caiboaté, mais de 1.200 guerreiros guaranis morreram em pouco mais de uma hora de luta. Terminava aí a resistência indígena. Em 1768 os jesuítas seriam expulsos de todo o território das Missões. Sepé virou lenda. Em 1876 foi criado o município de São Sepé.

A história oficial sugere que a população nativa do Brasil aceitou mais ou menos passivamente a dominação europeia desde o início da colonização. Estudos da Nova História Social, realizados a partir de 1970 e dedicados a revoltas de escravos negros, povos indígenas e a levantes populares, atestam que as coisas não se passaram desta forma. “A construção deste país, desde o período colonial até hoje, sempre foi marcada por intensas lutas travadas entre as populações excluídas e os poderes constituídos”, observa o professor Tau Golin, da Universidade de Passo Fundo (RS). Autor do livro *Guerra Guaranítica – O levante indígena que desafiou Portugal e Espanha*, o docente sustenta que a rebelião guarani é o exemplo máximo de como os novos estudos podem implo-

dir a visão tradicional da história do Brasil. Golin revela como as tropas guaranis dos Sete Povos das Missões (hoje Rio Grande do Sul), apoiadas pelos jesuítas, contiveram o avanço dos exércitos de Portugal e Espanha, mandados para demarcar as novas fronteiras da América do Sul, depois da assinatura do Tratado de Madri em 1750.

A Guerra Guaranítica inicia-se em 1754, após o desembarque dos exércitos espanhol e português. É quando desponta a figura de Sepé Tiaraju, guarani cristianizado de quinta geração, campeão de lutas e guerras e hábil negociador. Ele exercia o cargo de corregedor da redução jesuítica-guarani de São Miguel Arcanjo e passou a visitar todas as comunidades missionárias, de modo a arregimentar forças para formar um exército guarani capaz de enfrentar os invasores.

Facho de Luz em sua língua natal, Sepé está representado no livro oficial dos “Heróis da Pátria”, ao lado de personagens como Tiradentes e Zumbi dos Palmares. O brasileiro, todavia, mal conhece este personagem histórico. É mais fácil encontrar informações e documentação sobre ele e a República Guarani em livros, museus e institutos de pesquisa argentinos, uruguaios e europeus do que em território pátrio. Que o diga o pesquisador José Roberto Oliveira, acostumado a proferir palestras sobre a República Guarani em países como Argentina, Paraguai, Uruguai, França, Portugal e Espanha, além do Rio Grande do Sul.

“A sua atuação enquanto liderança guarani suscitou uma série de construções sobre sua figura: a de herói, santo, mártir da resistência indígena”, comenta, sobre Sepé, o pesquisador Rafael Burd. “O *Diário Oficial da União* de 22 de novembro de 2009, por exemplo, o inscreve no Panteão dos Heróis Nacionais. Gostaria também de apresentá-lo sob a perspectiva de um mediador cultural, ou seja, de um indivíduo que transita entre dois mundos aparentemente diversos, o dos indígenas e o dos europeus, papel que também o ajudou a se consolidar como liderança”.

Para entender o processo que levou à Guerra Guaranítica é preciso voltar aos primórdios da colonização. Em 1494, o Tratado de Tordesilhas dividiu a América do Sul entre Portugal e Espanha, cabendo aos lusitanos uma faixa de litoral que terminava onde hoje existe a cidade de Laguna (SC). Iniciada em 1500, a colonização portuguesa se deu nesses marcos. No início do século 17, a Igreja Católica, que atuava tanto nos territórios sob domínio português como naqueles sob domínio espanhol, destacou a Companhia de Jesus para promover missões religiosas, uma forma de amenizar a cruel relação dos conquistadores com os nativos.

As missões, ou “reduções”, implantadas em território submetido à coroa espanhola, eram vilas situadas no meio da mata, que cresceram até se tornarem cidades. Para Golin, elas surgiram como um projeto geopolítico da coroa espanhola, com a função de estabelecer uma ampla barreira de fronteira da Espanha para conter a expansão portuguesa meridional na América do Sul.

A “redução”, estrutura colonial prevista para os índios, congregava vários cacicados, como explica Oliveira, apoiando-se em Meliá. “O novo espaço colonial urbanizado a modo dos povos espanhóis, porém sem espanhóis morando neles, devia facilitar a instrução religiosa, a vida política e humana e a agricultura. Os missionários eram de fato os



Estátua em homenagem a Sepé Tiaraju

representantes da administração colonial espanhola, sendo os principais responsáveis pela programação da vida cristã e política”. Ainda segundo Oliveira, “as reduções dos jesuítas lograram desenvolver certa autonomia, evitando a submissão aos buscadores de escravos e até a entrada de espanhóis no território dos povos guaranis”.

Os Sete Povos das Missões faziam parte da Província Jesuítica do Paraguai, estendendo-se por regiões que hoje são parte de quatro países: Paraguai, Argentina, Uruguai e Brasil. Foram organizadas 30 reduções na região: 23 na margem direita do rio Uruguai (em terras onde hoje situam-se Paraguai e Argentina) e sete à margem esquerda do rio, atualmente territórios do Rio Grande do Sul e da República do Uruguai. A experiência dos jesuítas com os

guaranis, iniciada em 1609, perdurou até 1768 e foi classificada por Voltaire, iluminista notório por sua posição anticlerical, como um “triunfo da humanidade”.

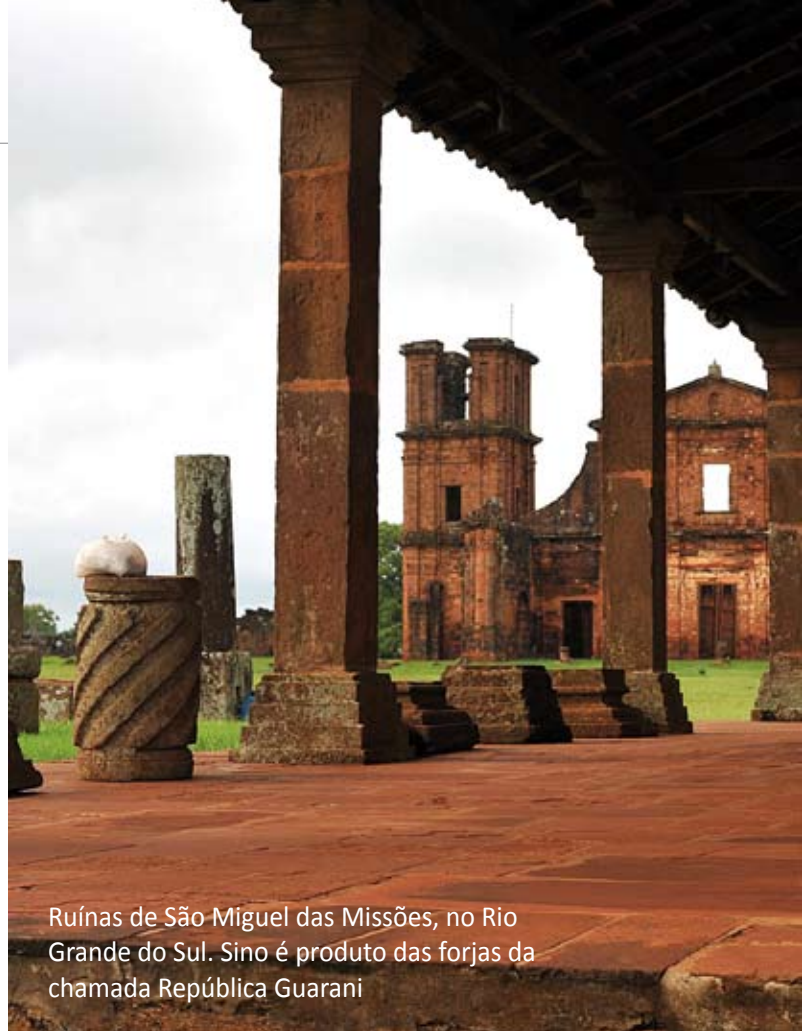
Durante o período da União Ibérica (1580-1640), quando a coroa espanhola assumiu o controle de Portugal e de suas colônias do Novo Mundo, os lusitanos de São Paulo decidiram avançar pelo interior do continente. Por meio de expedições predatórias que ficariam conhecidas como bandeiras, passaram a atacar as reduções do Guairá, atual Estado do Paraná, e do Tape, no hoje Rio Grande do Sul, com a finalidade de captura e escravização de indígenas.

Na República Guarani todo cidadão tinha direito de eleger pelo voto quem ocuparia os cargos de prefeito, juiz e outros. Pecuária e indústria floresceram, motivando a admiração de Voltaire e Montesquieu

Na região missioneira, os religiosos convertiam os caciques cristianizados em diplomatas da causa, fazendo com que novas reduções fossem criadas. No livro *A República Guarani*, Clovis Lugon, jesuíta suíço que pesquisou durante mais de quarenta anos as missões, relata que o padre Sepp, alemão de origem, descreve como dirigiu a transferência de 3 mil habitantes da redução superpopulosa de São Miguel para a de São João, à época em vias de construção.

O desenvolvimento das reduções inquietava os colonizadores. De acordo com Oliveira, autor de *Pedido de Perdão ao Triunfo da Humanidade*, aquele novo modelo de organização fazia com que as ferramentas e os meios de produção fossem de todos. As classes sociais e o Estado teriam sido abolidos, com livre associação dos trabalhadores da indústria e da agricultura, e economia totalmente planejada. “De cada um, segundo suas capacidades, para cada um, segundo as suas necessidades”, sintetiza Oliveira, usando a fórmula de Marx.

Os índios tiveram que abandonar a vida nômade para se fixar às reduções. Em compensação, as terras eram excelentes para a agricultura e o clima, ameno. As reduções



Ruínas de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul. Sino é produto das forjas da chamada República Guarani

dispunham de hortas comunais. Em pouco tempo, diz Oliveira, canais de irrigação levavam a água aos campos. Eram concebidas e fabricadas as ferramentas necessárias. Os jesuítas espantavam-se com a capacidade dos guaranis em assimilar novas tecnologias. Muito rapidamente, as reduções constituíram o conjunto agrícola mais completo e melhor organizado da América: “Na pecuária, só a redução de São Miguel abatia 40 reses por dia para o consumo dos habitantes”. Cada redução formava uma pequena república independente, subordinada apenas à confederação, em questões de legislação civil, penal e militar. O comércio exterior era também responsabilidade da confederação.

A indústria também floresceu. No princípio produziram artigos de vestuário, habitação, ferramentas agrícolas, forjas. Fundições vieram depois: “Todas as profissões artesanais tinham sido introduzidas e prosperavam. Fabricavam relógios, clarinetes, trompetes e tantos outros artigos, como nas melhores fábricas da Europa” ressalta Oliveira. “Montesquieu disse e escreveu que a República Guarani foi o único estado industrial daquele período na América. Os guaranis fundiam ferro a partir das rochas



encontradas na região e chegaram à siderurgia do aço”.

Enquanto o poder político na Europa era exercido por “nobilíssimas correntes sanguíneas”, na República Guarani todo cidadão tinha o direito de eleger, pelo voto, prefeitos, juízes e outros detentores de cargos importantes. “A existência dos guaranis — isenta de preocupações da vida cotidiana e da necessidade de comprazer aos poderosos — tornava-os realmente livres”, observa Clovis Lugon.

Nas primeiras décadas do século 17, as expedições bandeirantes capturaram ou dizimaram centenas de milhares de guaranis. Contudo, em 1641, com apoio espanhol, os indígenas impuseram uma derrota aos bandeirantes na batalha de Mbororé

Aos bandeirantes nada disso importava. Eles costumavam deslocar-se de São Paulo para o sul, incendiando missões e capturando “selvagens”. Raposo Tavares destruiu a Redução do Guairá (situada no que viria a ser o Paraná), obrigando os sobreviventes a fugir para o sul. Mas Borba Gato foi o mais importante de todos. De acordo com Oliveira, Borba Gato e seu exército foram responsáveis pela morte de centenas de milhares de guaranis.

Em 1636 chegou à região do Tape a primeira bandeira paulista com intenções de escravizar os índios reduzidos, tendo Tavares como principal comandante. Citando Solera, diz Oliveira que fontes como Montoya, Charlevoix, Pastells, Bruxel e outros “apontam o número de 300 mil índios, entre reduzidos e não reduzidos, levados como escravos pelos bandeirantes” do conjunto das 30 reduções, “sem esquecer um mesmo número de mortos nos ataques”.

Com a reconquista da independência de Portugal, em 1640, o contínuo avanço lusitano pelo interior passou a representar uma ameaça à Espanha. Assim, o combate aos bandeirantes se tornou interesse comum de autoridades espanholas e líderes guaranis. Depois de décadas de ataques, os caciques conseguiram vencer os bandeirantes na Batalha de Mbororé, em 1641. Pela primeira vez, suas milícias foram autorizadas a usar a pólvora, após receber treinamento militar dos padres jesuítas.

As novas técnicas, combinadas com a tradição guarani em batalha naval e emboscada na mata costeira, além do uso do arco e da flecha, fizeram o inimigo recuar. O rechaço aos invasores teve o efeito imediato de militarizar os indígenas das missões. Eles passaram a patrulhar seu território, em especial os limites dos domínios hispânicos com Portugal, poupando Madri de onerosos gastos.

Os portugueses minavam a progressão dos rivais por meio dos ataques bandeirantes às missões nas bacias dos rios Uruguai e Jacuí. E em 1680, com a implantação da Colônia do Sacramento, à margem esquerda do Rio da Prata, em frente a Buenos Aires, no lado espanhol. Por quase um século, comenta o historiador Golin, a sina do enclave da Colônia do Sacramento seria guerra, capitulação, reações pelos tratados internacionais, permanente bloqueio militar, além de ocupação do entorno por tropas e novas cidades espanholas.

Este, e outros problemas de fronteira, tornaram o Tratado de Tordesilhas letra morta e forçaram os governos ibéricos a rediscutir os limites de suas colônias na Améri-

ca do Sul. As negociações levaram à assinatura do Tratado de Madri, em 1750, determinando que Portugal entregasse a Colônia do Sacramento à Espanha, para receber, em troca, os Sete Povos das Missões, à margem leste do rio Uruguai, sob domínio espanhol.

A resistência dos jesuítas em cumprir o Tratado de Madri implicou um alto desafio à Coroa e lançou forte suspeita quanto ao papel da Companhia de Jesus na condução dos acontecimentos

Os povoados entregues seriam São Francisco de Borja, São Nicolau, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo Custódio. “De parte dos interesses portugueses, há que se destacar a possibilidade que se abria da exploração do território de pastagens da porção oriental das missões”, informa Maria Cristina Bohn Martins, professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Em contrapartida ao reconhecimento da expansão territorial lusa sobre territórios que os limites virtuais de Tordesilhas reconheciam como seus, os espanhóis pretendiam assegurar para si o uso exclusivo do Rio da Prata, desarticulando práticas de comércio irregular, lideradas por portugueses e ingleses. Na sua interpretação, as autoridades buscavam, assim, reorientar os circuitos comerciais que, a partir de Sacramento, drenavam por meio do contrabando as rendas da coroa espanhola.

Com a frustração das negociações da Companhia de Jesus pela anulação dos artigos de permuta territorial, aos indígenas só restou a alternativa da guerra. Dessa forma, em 1752, quando os demarcadores chegaram à área em litígio, a unidade dos missionários estava dividida entre os morubixabas rebeldes e aqueles adeptos das novas regras, mesmo que a contragosto. A partir daí, organizados conforme a sua experiência prévia como “milícias Del Rey”, os guaranis deram início a uma guerra contra as forças militares colonizadoras.

A oposição mais decidida partiu dos moradores de São Miguel e São Nicolau, reduções que faziam parte daquelas comunidades de que se solicitava o deslocamento, destaca a professora da Unisinos. A resistência se espalhou pelos povoados e desestabilizou as negociações do tratado, “afinal nunca executado até o fim”. De acordo com ela, a resistência em cumprir o pacto implicou um elevado desafio para a autoridade real. E lançou fortes suspeitas sobre a participação dos jesuítas na condução dos acontecimentos.

As desconfianças teriam sido alimentadas pelas iniciativas dos padres no sentido de reverter as ordens recebidas. E do esforço deles para, através de cartas e informes, demover as autoridades da decisão de forçar a retirada dos “Sete Povos”. Tais circunstâncias, assinala Maria Cristina, geraram uma profusão de notícias acerca de presumidas riquezas existentes nas missões, das quais se aproveitariam em benefício próprio os jesuítas. Mas especialmente, alimentaram as já recorrentes críticas contra suas supostas tendências autonomistas.

O dia é 7 de fevereiro de 1756. Setenta milicianos de Sepé situados em parte alta do campo provocam escaramuças com a tropa inimiga, em típica ação de guerrilha. Porém, o cavalo de Sepé pisa numa “toca”, tomba e o líder guarani é executado

Em 1753, quando os demarcadores das novas fronteiras de Portugal e Espanha se aproximavam da região onde hoje se ergue a cidade de Bagé (RS), os guaranis barraram o caminho dos colonizadores. De acordo com Tau Golin, naquele ano entraram em ação as milícias indígenas, primeiramente contra soldados portugueses e aventureiros paulistas, em Rio Pardo. Diante da reação, os governadores de Buenos Aires, José de Andonegui, e do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada, resolveram unir forças e organizaram dois poderosos exércitos para invadir os Sete Povos e cumprir suas ordens, que eram de entregar o território livre de missionários pa-



Arquitetura missioneira fornece pistas da prosperidade dos chamados "Sete Povos"

ra Portugal. Foi concedido às tropas o direito de saque, gerando contingentes de hispano-americanos e luso-brasileiros interessados em participar.

As operações foram articuladas por meio de dois planos de guerra, conta Golin. O primeiro, com os exércitos atuando separadamente, fracassou em 1754, obrigando-os a se retirarem para Rio Grande, Buenos Aires, Arraial de Veras e Montevidéu. Um ano depois, no segundo plano de guerra, os exércitos ibéricos coligados marcham contra as Missões: “Tratou-se de uma dramática guerra de progressão, em que poderosos exércitos invasores dirigiram-se diretamente aos sete núcleos de poder dos Povos”.

Os ibéricos avançavam e os missioneiros se desdobravam para contê-los. Valiam-se de estratégias diferentes, como a terra arrasada e a guerra de movimento, organizada por Sepé Tiaraju. Os campos eram queimados para que os animais do inimigo não tivessem como se alimentar, explica Golin. Quando não podiam colher a produção, as roças eram igualmente incineradas e o gado escondido em regiões fora da rota dos colonizadores.

Na tarde de 7 de fevereiro de 1756 os ibéricos rumavam para Guacacaí, perto de São Miguel, onde pretendiam acampar, quando um grupo de missioneiros atacou as patrulhas de campo. Trezentos homens de cavalaria foram designados para perseguir os missioneiros. “Desde uma parte elevada do campo, em torno de setenta milicianos de Sepé Tiaraju, em típica ação de guerrilha, passaram a prolocá-los com sucessivas escaramuças”, relata Tau Golin.

Diante da resposta ao ataque, os índios se retiraram. Buscaram refúgio numa área de mata, onde seus milicianos, emboscados, aguardavam a hora do ataque: “Mas antes de atingir o abrigo, o cavalo de Sepé enfiou as patas dianteiras em uma toca e rodou. Já no chão, recebeu a carga dos ibéricos”. A tragédia missioneira se deu às margens de um riacho, às margens do rio Vacacaí, perto da atual cidade de São Gabriel (RS).

Na avaliação de Tau Golin, com a derrota do projeto missioneiro nas matas da América do Sul chegou ao fim uma sociedade alternativa, baseada na propriedade coletiva

Segundo Golin, todos os comandantes e cronistas da expedição registraram que o líder guarani foi lanceado por um peão e morto por um tiro de pistola do comandante da operação, o governador de Montevidéu, José Joaquim de Viana. Relatos dão conta que, depois de ferido, Sepé foi torturado. As *Efemérides de La Guerra de los Guaranies*, do padre Tadeu Henis, que acompanhava os guaranis, registram que ele teve o corpo queimado com pólvora e martirizado.

Na manhã de 10 de fevereiro de 1756, junto com suas tropas, o guarani Nicolau Neenguiru, alferes-mor das forças missioneiras, chegou aos campos de Caiboaté, por onde passava o Caminho das Missões, ordenando que as companhias se reunissem naquele local, completamente aberto. Mandou cavar no plano mais alto uma longa trincheira em forma de meia-lua. Seu plano era deter o avanço inimigo com uma defesa fixa.

Ainda segundo Golin, ao contrário das táticas da guerra de movimento e da tradição guarani, Neenguiru, improvisadamente, posicionou as tropas missioneiras em Caiboaté tentando ganhar tempo para que chegassem novas companhias de combatentes das Missões. Inverteu o plano de guerra de Sepé, para quem em campo aberto não se deveriam imobilizar contingentes sem artilharia pesada. Segundo registros no *Diário da Expedição* de José Custódio de Sá e Faria, auxiliar-geral de Gomes Freire (Catálogos online da Fundação Biblioteca Nacional), era algo jamais visto. Numa prolongada e minuciosa operação, durante duas horas, cerca de 4 mil homens evoluíram para suas posições. Andonegui e Gomes Freire ordenaram, então, o ataque.

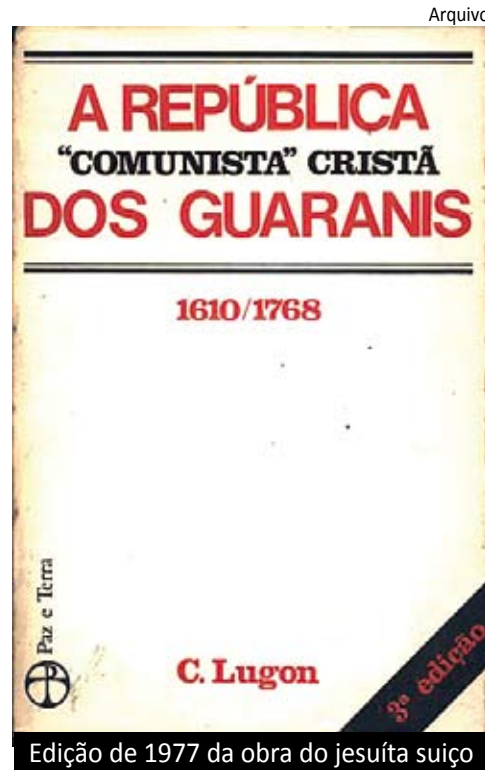
“A artilharia posicionou sua linha de canhões na proporção dos contingentes da trincheira indígena. A retaguarda entrou em formação de martelo, na disposição de ângulo reto entre castelhanos e luso-brasileiros. As cavalaria mantiveram as posições nos flancos. A batalha foi iniciada pela artilharia. Os canhões dispararam duramente em toda a linha de trincheira e no capão da retaguarda. Quando a confusão estabeleceu-se entre os missioneiros, a infantaria avançou diretamente ao inimigo, com as linhas atirando intermitentemente, até consumir o assalto à trincheira”, relata Tau Golin.

Golin informa que os missioneiros foram dizimados em apenas uma hora e quinze minutos de luta. As testemunhas deixaram números desencontrados: o general José de Andonegui registrou em seu “*Manifiesto de las*

operaciones” 1.511 mortos. José Joaquim Viana informa em seu *Diário de La Segunda Expedición y Derrota* que os mortos passaram de 1.200, enquanto os registros de Gomes Freire são conflitantes. Primeiro ele registra mais de 1.200 mortos, mas em seu “Diário de Partida” o número sobe para 1.723.

Toda aquela matança foi inútil. A 12 de fevereiro de 1761 foi assinado o Tratado de Pardo entre os ibéricos, estabelecendo que a Colônia do Sacramento voltaria a ser de Portugal e os Sete Povos das Missões da Espanha. Responsabilizados pela revolta, os jesuítas foram expulsos da América em 1767. As antigas reduções passaram à administração de burocratas do governo de Buenos Aires. Os *cabildos* indígenas continuaram a existir, mas sem atribuições de gestão e administração.

Na avaliação de Tau Golin, com a derrota do projeto missioneiro chegou ao fim uma sociedade alternativa, baseada na propriedade coletiva do povo. “Seu patrimônio e seu território foram dissolvidos gradativamente no sistema colonial europeu, baseado na concentração da propriedade particular da terra, na acumulação privada e na formação de multidões de nativos destituídos de suas riquezas milenares”.



Referências

- ANGELIS, Pedro de. *Diario Historico de la Rebelion y Guerra de los Pueblos Guaranis, Situados en la Costa Oriental del Rio Uruguay, del año 1754*. Version Castellana de la Obra Escrita en Latin por el P. Tadeo Xavier Henis, de la Compañia de Jesus. Buenos Aires, 1837.
- BURD, Rafael. “A Consolidação de uma liderança indígena durante a revolta causada pelo Tratado de Madri: o caso de Sepé Tiaraju, entre o confronto e a negociação”. *Revista História e Cultura*, Franca-SP (Unesp), v.3, n.2, p.108-128, 2014.
- GOLIN, Tao. *A Guerra Guaranítica, o levante indígena que desafiou Portugal e Espanha*. Editora Terceiro Nome, 2014.
- LUGON, Clovis. *A República Guarani*. Editora Expressão Popular, 2010.
- MELIÀ, Bartomeu. *El Guaraní Conquistado y Reducido – ensayos de etnohistoria*. 4. ed. Assuncion, Paraguai: Centro de Estudios Antropológicos, 1997.
- OLIVEIRA, José Roberto de. *Pedido de Perdão ao Triunfo da Humanidade*. Editora Martins Livreiro, 2011.
- OLIVEIRA, José Roberto de; SAUSEN, Jorge Oneide. “Análise Histórica do Processo de Mudança na Territorialidade de um Município da Região das Missões do Estado do Rio Grande do Sul”. Comunicação no VI Encontro de Estudos em Estratégia, Bento Gonçalves, 2013.
- SOLERA, Carlos. *Histórias & brucacas*. Curitiba: Progressiva, 2006.